

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO/ICHS/DEPHIS

História e historiografia de Mato Grosso 1, 2009-1 VD/VN Prof. Dr. Carlos Alberto Rosa

Introduções 1 ©

12-03-2009

Quando se fala em “história de Mato Grosso”, há tendência a se pensar em *estado de Mato Grosso*. No *estado de Mato Grosso atual*. Ou seja: neste *território* que, a partir de 1977, tornou-se o *estado de Mato Grosso atual*. Seria, assim, uma “história” com a duração de 32 anos. Mas não é. Quanto à *duração*, ou ao *tempo*, a “história de Mato Grosso” que estudaremos aqui não é limitada a essa curta duração. Examinaremos duração muito mais longa, multissecular.

Como se sabe, em 1977 o que ocorreu foi uma divisão do *estado de Mato Grosso* de então, - divisão que resultou na criação do atual *estado de Mato Grosso do Sul*. Mas mesmo em Mato Grosso do Sul não se estuda uma “história de Mato Grosso do Sul” com duração de 32 anos. Também lá estuda-se uma história multissecular.

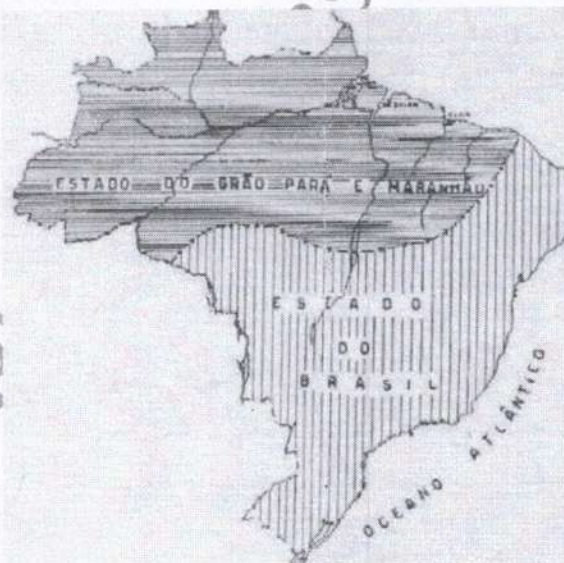
Mas há outro componente decisivo, implicado na expressão “história de Mato Grosso”. É o componente espacial, as *espacializações* das relações sociais historicizadas, formalizadas como *territórios*.

Na perspectiva deste componente, o *estado de Mato Grosso atual* teve configurações espaciais, territoriais várias. E hoje transita para outras.

Pensar a história de Mato Grosso é reconhecer, também, que ela nunca foi (e não é) uma “história isolada”. É perceber suas interações com territorialidades mais amplas (Centro Oeste, Brasil, América, Europa, África, Ásia etc). E também suas interações em escala menor, intramato-grossenses (municípios, cidades, bairros, quadras, ruas, praças, becos, edifícios, salas, andares, áreas de de industrialização, de cultivo e criação, reservas indígenas, reservas ambientais etc).

Assim, essa entidade, *Mato Grosso*, é geralmente ideada como territorializada *numa região*, o *Centro Oeste*. E é comum pensar essa *região* de modo a-histórico, como se tivesse existido *sempre*, como se fosse existir *sempre*.

A palavra (e o conceito) *região* é de origem latino-romana, difundida durante o Império Romano. Vem de rex/Regina > donde *reger* > donde *região*. Palavra com força político-espacial. Sua difusão foi simultânea à palavra *spatium*, espaço. Representa síntese dinâmica, daquilo que podemos chamar “poderes espaciais”, espacializações formais, *territórios*. Ou, em outros termos: representa domínios político-administrativos espacializados, territorializações.

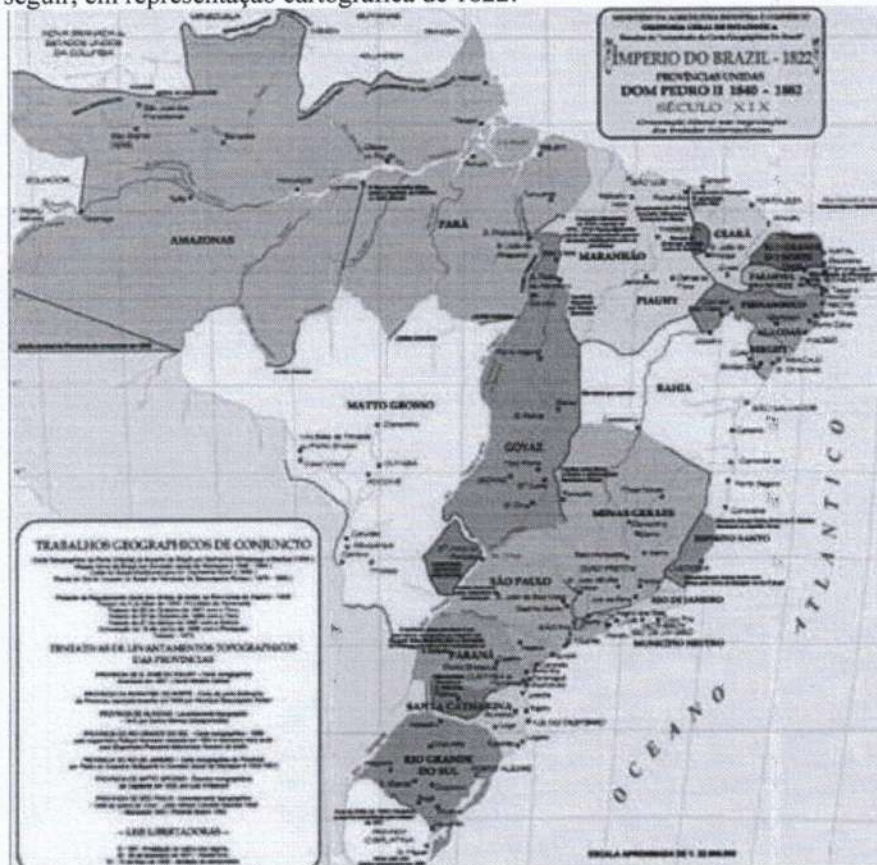


Fonte: IBGE – Diretoria de Geociências

No Brasil a *região* Centro Oeste foi criada em 1941, no Estado Novo, quando o IBGE dividiu o país em macro-regiões. Hoje inclui Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Área de 1.604.852 km² (18,5% do país).

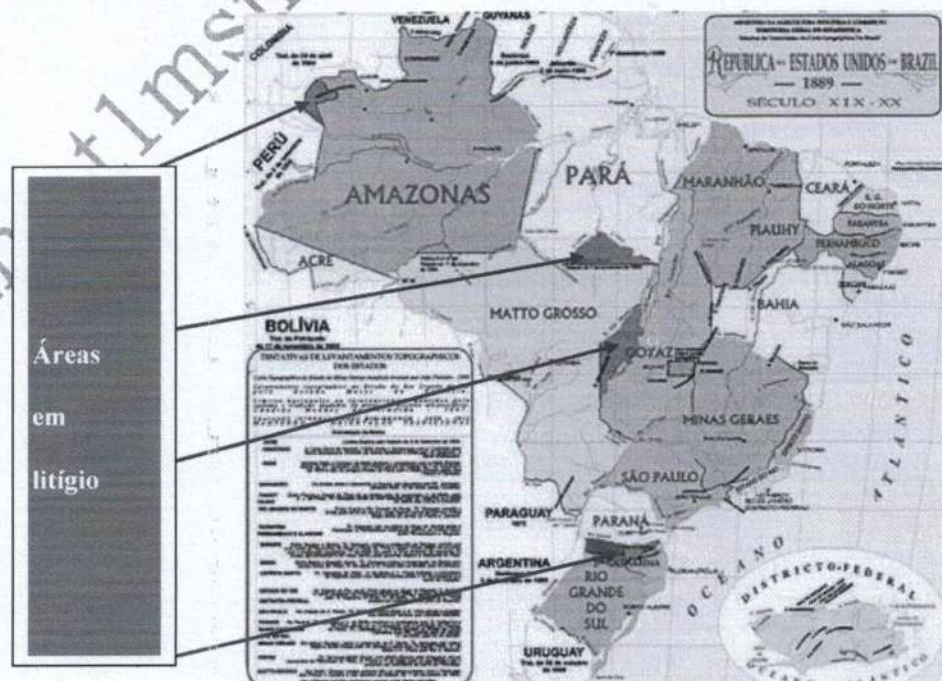
Mas a criação de *regiões* administrativas nesta parte da América do Sul é mais antiga. No século XVII a Coroa portuguesa dividiu sua colônia americana em duas partes: o *Estado do Brasil* e o *Estado do Grão Pará*, como se vê ao lado.

À época do Império Brasileiro, o território do Brasil foi redefinido. Como se vê a seguir, em representação cartográfica de 1822:



Fonte: IBGE - Diretoria de Geociências

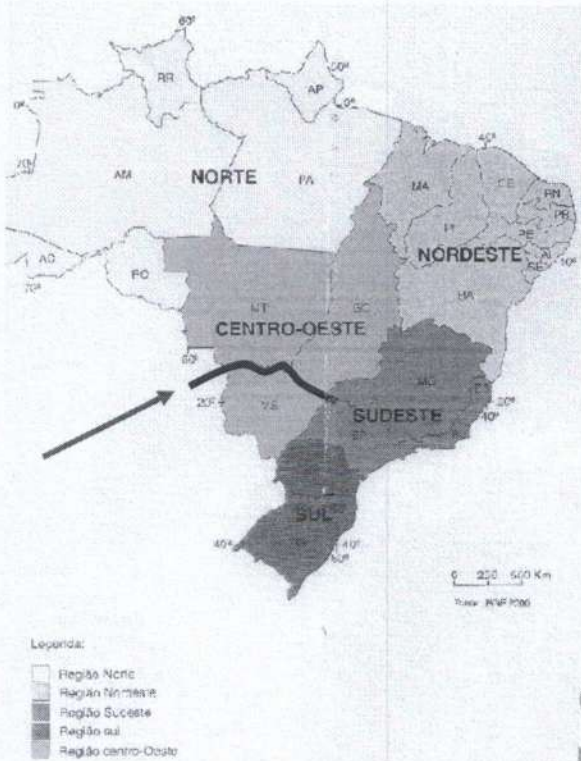
No início do regime republicano, em 1889, a representação já era outra:



A partir dos anos 1940, o governo federal delineou *macro-regiões* no país, que têm tido várias configurações.



Entre 1945 e 1950, o Brasil teve configuração que durou quase todo o século. Mas em fins dos anos 1970 ocorreu a divisão do estado de Mato Grosso:



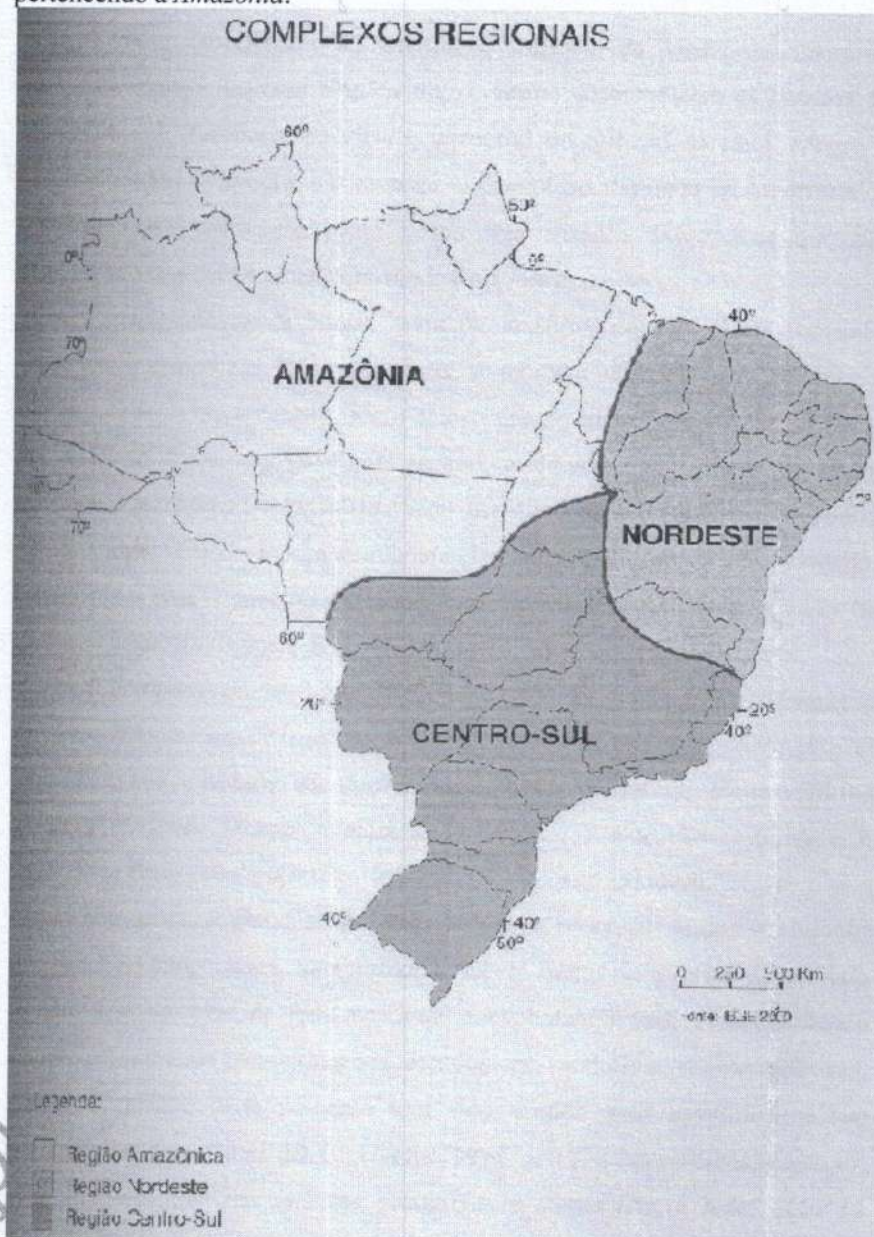
Nos anos 1980 dividiu-se o estado de Goiás, surgindo o estado do Tocantins, cuja área passou a integrar a macro-região Norte.

Fonte: M. F. Gonçalves, Carlos A Brandão e A. C. Galvão (orgs.) *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. 2003.



Pelo menos desde os anos 1990 o macro-planejamento do país opera com outra configuração, os *complexos regionais*, que não mencionam um *Centro Oeste* (são referidos *Amazônia, Nordeste e Centro Sul*). A concepção de *complexos regionais* não foi elaborada pelo IBGE, mas no meio acadêmico universitário. Resultou de críticas à concepção de *macro-regiões*, que impõe “a primazia da União no exercício do planejamento”.

Os *complexos regionais* não são delimitados por fronteiras estaduais: o sul dos atuais estados de Mato Grosso e Tocantins integram o *Centro Sul*, ficando o resto de seus territórios pertencendo à *Amazônia*.¹



Perceber a historicidade das *regiões* é exercício intelectual decisivo para qualquer reflexão a respeito da história de Mato Grosso (e, certamente, das histórias outras). Nessa perspectiva, o estudo da história de Mato Grosso implica, necessariamente, a discussão da dicotomia história *nacional*/ história *regional*.

¹ Maria Flora Gonçalves, Carlos Antonio Brandão e Antonio Carlos Galvão (orgs.) *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. São Paulo, EdUNESP/ANPUR, 2003.

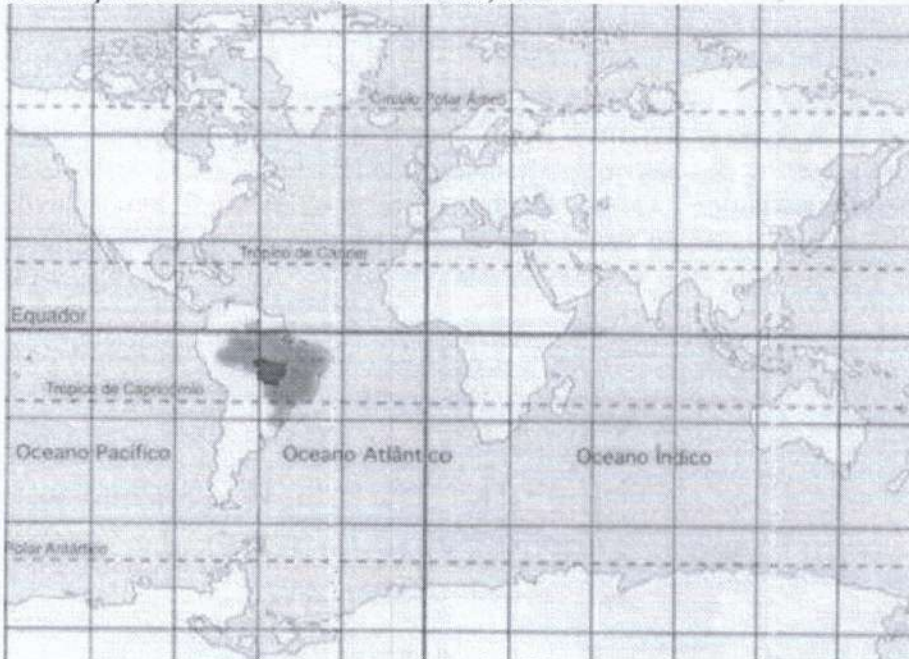


UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO/ICHS/DEPHIS-GRAD

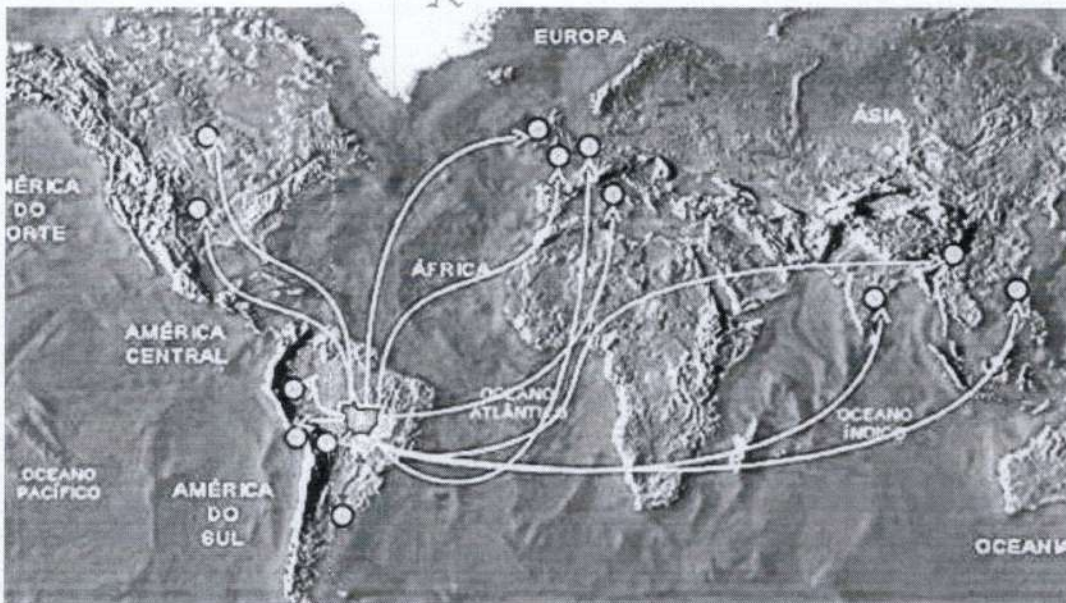
História e historiografia de Mato Grosso 1.1, 2009/1 VD/VN Prof. Dr. Carlos Alberto Rosa
Introduções 2 ©

02-04-2009

Vista a historicidade de configurações da *região* à qual tem “pertencido” o estado de Mato Grosso desde os anos 1940, há que notar a historicidade das *interações inter e intra continentais do referido estado*. Representação cartográfica “plana” do planeta mostra a *localização* do atual estado de Mato Grosso, abaixo:



O atual estado de Mato Grosso tem relações comerciais com países da América e de outros continentes¹:

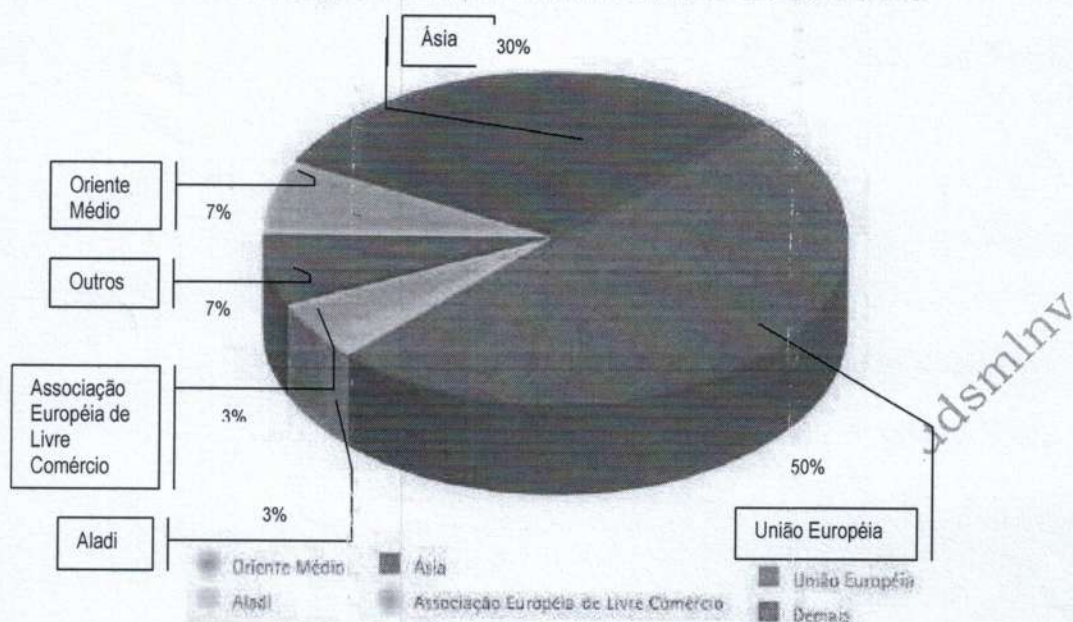


Essas interações multicontinentais configuravam-se em 2004 como está na página seguinte:²

¹ Adilson Reis. *Hidrovia Paraguai-Paraná*. Cáceres, 2007.

² Antônio Abutakka e Marilde Brito Lima (orgs.). *Mato Grosso em números*. Cuiabá, Central de Texto, 2006. A *Associação Europeia de Livre Comércio* (em inglês *European Free Trade Association*, ou EFTA), é um bloco

Gráfico 2 – Exportações do Estado de Mato Grosso por Blocos Econômicos – 2004



Tais relações mostram-se na composição multinacional e multiétnica do atual estado de Mato Grosso. E expressam-se em múltiplas interações linguísticas e culturais, desdobram-se em muito variadas demandas e ofertas de produtos e serviços.

Isso tudo não começou apenas após a divisão, em 1977, do então estado de Mato Grosso. São muito mais antigas.

Nas primeiras décadas do século XX, a coleta de látex para produzir borracha tinha na *Guaporé Rubber Company* talvez a maior compradora e exportadora desse produto mato-grossense.³ Em fins do século XIX a borracha não era o único produto de exportação da *provincia* (depois *estado* de Mato Grosso), como pode ser visto no quadro abaixo:

EXPORTAÇÃO: GÊNEROS PRODUZIDOS EM MATO GROSSO (1895-1904)⁴

PRODUTOS	1895	1897	1899	1901	1904
Borracha	39:137\$850	55:909\$350	183:160\$617	124:654\$950	370:851\$736
Erva-Mate	250:002\$000	251:002\$800	250:277\$123	250:012\$277	259:000\$600
Gado	41:739\$500	74:012\$000	43:179\$000	59:647\$000	38:356\$000
Couros e Peles	39:986\$260	55:816\$880	93:078\$785	76:802\$614	110:199\$697
Ipecacuanha	22:018\$000	17:292\$800	26:335\$452	59:109\$500	11:071\$606
Extrato de carne / outros produtos animais	20:284\$953	19:628\$801	20:373\$509	26:373\$738	48:527\$436

Vê-se a eminência da erva-mate, dominada pela Companhia Mate Larangeira (com *g*). Esta surgiu em 1882, quando o governo imperial brasileiro concedeu ao português Thomaz Larangeira o direito de explorar ervais no sul da então *provincia* de Mato Grosso.

Larangeira acumulou capital na guerra com o Paraguai, abastecendo tropas brasileiras. À erva-mate abria-se propício mercado internacional. Logo a empresa operava também no Paraguai e Argentina. Nos anos 1890 Larangeira associou-se ao Banco Rio e Mato Grosso, dos

econômico europeu. Foi fundada em 1960, por Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. A Finlândia foi admitida em 1961, a Islândia em 1970 e o Liechtenstein em 1991. Hoje a EFTA é constituída por quatro países: Islândia, Liechtenstein, Noruega, e Suíça. A Aladi (*Associação Latino-Americana de Integração*) é constituída por 12 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), representa 20000000km² e mais de 493 milhões de habitantes.

³ A extração de látex teve início ao fim da guerra com o Paraguai, em 1870, na ainda *Provincia* de Mato Grosso.

⁴ Valmir Batista Correa. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande, EdUFMS, 1995.

irmãos Joaquim e Francisco Murтинho. A concessão da Mate Larangeira foi cassada em 1945.⁵ Mas desde 1904, como se vê acima, a borracha superou a erva-mate.

PRINCIPAIS PROPRIEDADES TERRITORIAIS CONTROLADAS
POR COMPANHIAS ESTRANGEIRAS:
1909

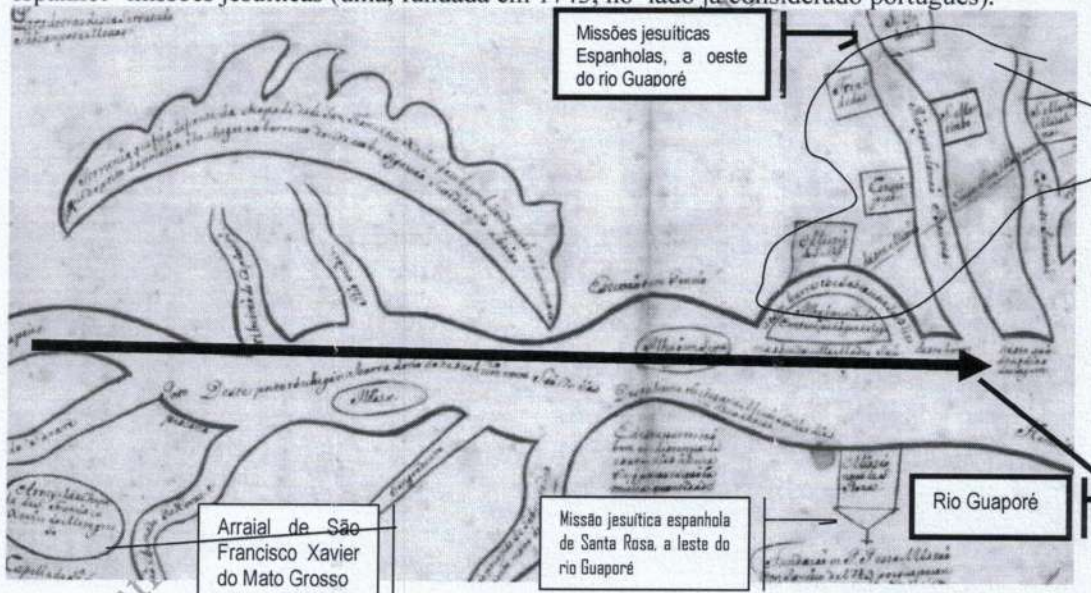
NOMES	MUNICÍPIOS	PROPRIETÁRIOS	ÁREA/ HECTARES
DESCALVADO	S. Luiz de Cáceres	Brazil Land and Cattle and Packing Company	881.053
RIO BRANCO	Corumbá	Companhia Anonyma Rio Branco	541.726
ALEGRE	Corumbá	Brazil Land	484.209
PANTANAIS DO NABILEQUE	Corumbá	Fomento Argentino	726.077

FONTE: Mss. Quadro das principais propriedades territoriais, que se acham em mãos de estrangeiros, no estado de Matto Grosso, Cx. 1909, ArMT.

Além da Mate Larangeira, havia empresas estrangeiras na *provincia* e depois no *estado* de Mato Grosso, na virada do século XIX para o XX. Eram isentas de tributos, em compensação por prejuízos que a *provincia* teve na guerra com o Paraguai. Algumas dessas empresas estão no quadro ao lado.

Mas não foi só em fins dos 1800s que esta parte mais central inseriu-se em relações econômicas, políticas e culturais com outras partes do Brasil, da América, de outros continentes.

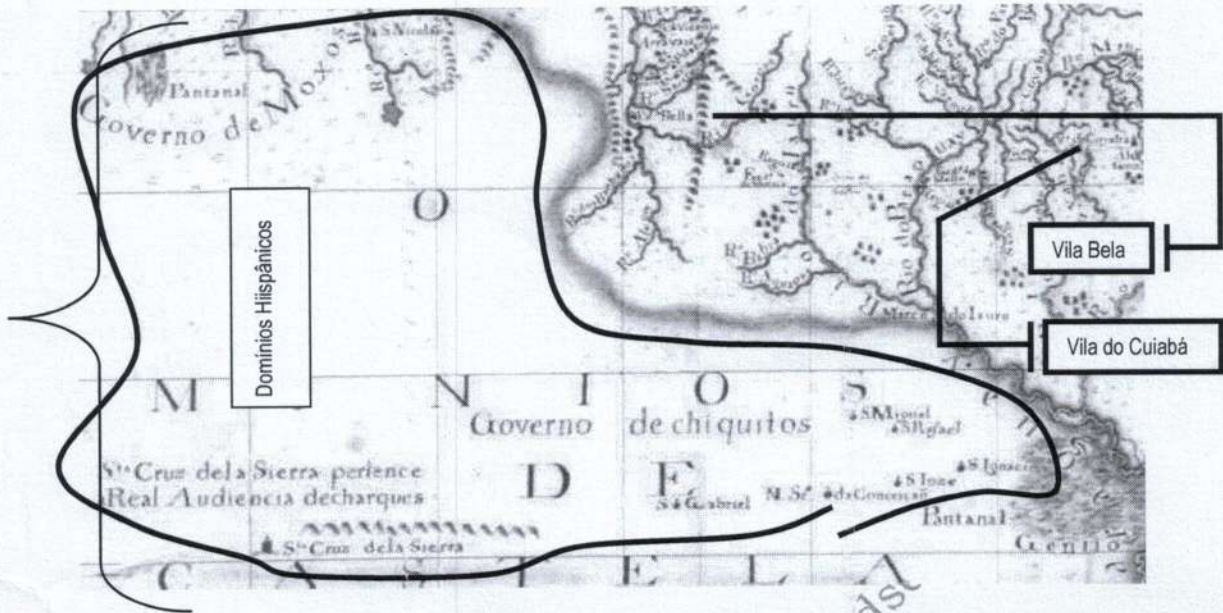
Em 1717 as primeiras notícias da presença aqui de paulistas, extraído ouro, chegaram à coroa portuguesa. Desde então esta parte foi vista como *mineira* e *fronteira*. Simultaneamente. No mapa abaixo, de c. 1743, vê-se arraiais do Mato Grosso no “lado português” - e no “lado espanhol” missões jesuíticas (uma, fundada em 1743, no lado já considerado português).



A contigüidade entre domínios ibéricos na América austral ou do sul, acentuada no século XVIII com a formação de uma sociedade colonial onde mais tarde se constituiu a *capitania* de Mato Grosso, deve ser percebida em três sentidos: o da *continentalidade*, por ser determinante da formação de sociedades coloniais diferenciadas em todo o subcontinente sul-americano; o da *multi-etnia* (ameríndia, europeia, africana); o do pertencimento a *impérios ultramarinos*, no que estavam implicadas relações diretas e indiretas com quatro continentes.

Detalhe de outro mapa, já de 1773, faz mais clara a contigüidade entre a *capitania* de Mato Grosso e os domínios hispânicos a oeste do rio Paraguai:

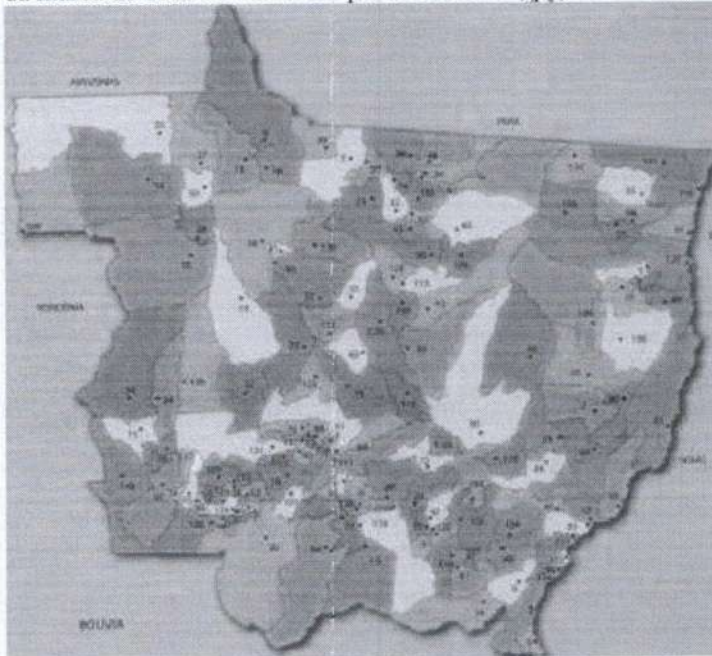
⁵ Odaléa da Conceição Deniz Bianchini. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. Domingos Savio da Cunha Garcia. *Mato Grosso (1850-1889). Uma provincia na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2001. (Dissertação de Mestrado). Vanderley Vazelesk Ribeiro. *Burocratas, oligarcas e camponeses: a luta pela terra nas fronteiras do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Anais de Simpósio Regional da ANPUH, 2002.



Diante dessas percepções iniciais, fica evidente que falar, neste século XXI, de “inserção de Mato Grosso” no mercado nacional e internacional como limitada ao período, iniciado nos anos 1970, é reduzir demasiado a história desta parte mais central da América do Sul.

Visto isso, é possível avançar um pouco mais.

Se para fora de si o *estado de Mato Grosso atual* interage com várias regiões do planeta, para dentro de si ele vem sendo subdividido em número cada vez maior de partes. Aproxima-se da marca de duas centenas de “partes internas”, político-administrativas, os *municípios*.



Esse partilhamento político-administrativo do *atual estado de Mato Grosso* não é casual, acidental, aleatório

Expressa e forma as condições recentes da existência humana nesta parte mais central da América do Sul.

É *re-territorialização*.

E, por sua vez, resulta o tempo todo das atuais interações entre relações sociais internas do estado, e as em curso nos vários outros pontos do planeta.

O Estado de Mato Grosso teve, nas últimas décadas, altos índices de aumento demográfico, que sinalizam rápidas e intensas mudanças no país. Mecanização da lavoura, insumos agrícolas sofisticados, expulsão e emigração do campo para a cidade, migrações urbano-urbano.

Entre 1981 e 1991 Mato Grosso recebeu 118351 imigrantes do sul do país, 36472 do sudeste e 31957 do nordeste.⁶ A maioria sulista não foi por acaso:

O estado de Mato Grosso, sobretudo a sua região norte, constituiu-se em espaço privilegiado para a "nova colonização" verificada a partir de meados da década de setenta e que atraiu colonos dos estados do sul e do sudeste. (...) SUDAM, BASA, FUNAI, Pólo Amazônia, Associação dos Empresários da Amazônia, influenciaram o Governo Federal a entregar a colonização a empresas particulares. Tais firmas privilegiaram agricultores pequenos e médios do sul, com boa tradição agrícola, em detrimento dos nordestinos, considerados portadores de técnicas agrícolas rudimentares, ou seja, tratou-se de empreender uma colonização seletiva, que excluiu inclusive os lavradores do sul sem terra própria.⁷

Empresas de colonização instalaram escritórios de representação em várias cidades de outros estados (no Paraná, por exemplo, em Foz do Iguaçu, Maringá, Marechal Cândido Rondon, Umuarama) e utilizaram corretores (munidos com amostras de produtos e fotos), cartazes, jornais, rádio (inclusive *jingles*), televisão, - para convencer pequenos proprietários rurais a virem para o norte de Mato Grosso.⁸

Os fluxos migratórios para Mato Grosso nesse período resultavam em larga medida da "modernização do campo", iniciada nos anos 60, como processo de exclusão social.⁹ O governo brasileiro, associado a e sustentado pelas elites política e econômica, promoveu a "modernização", sem inclusão do produtor familiar. Incentivos fiscais foram concedidos, para transmutar capital do Sul e Sudeste, para a Amazônia, inclusive para a "Amazônia legal" (que inclui o norte de Mato Grosso).

Índios e posseiros presentes nestas terras eram vistos como "incompatíveis" com transformação do espaço amazônico em espaço econômico. Terras de índios e pequenos produtores foram consideradas devolutas, pois eles 'não existem'.

Mas é bom lembrar que os fluxos migratórios para o norte de Mato Grosso foram precedidos por fluxos similares para o Paraguai. Após 1959, o governo paraguaio implantou modernização da agricultura. Não para o bem-estar do povo. Para "crescer para fora". Confiou a colonizadoras brasileiras, norte-americanas, alemãs e japonesas, a ocupação das terras. Camponeses paraguaios, considerados indolentes, foram expulsos de suas terras. Para colonizadoras terem mão-de-obra barata, a ordem era: "tragam os negros", - pessoas do Norte e Nordeste brasileiro, desprovidas de posses, sem tradição de proprietários: "oportunidade" para pobres brasileiros serem explorados *fora* do Brasil. Nordestinos derrubaram matas; no fim dos anos 60, matas derrubadas, focos arrancados, chegou a lavoura mecanizada. A propaganda foi então desviada para colonos do sul do Brasil: "com a venda de um hectare no Brasil é possível comprar mais de cinco no Paraguai." Funcionou: 350000 brasileiros do sul foram para o Paraguai. E lá renasceu o mito do trabalhador alemão. Agentes de colonizadoras queriam descendentes de alemães, diziam-lhes que iam ensinar preguiçosos paraguaios e negra da brasileira a trabalhar. Depois, o sonho que os levou ao Paraguai, trouxe-os de volta: a conquista da terra. No Paraguai ocorreu o mesmo do sul do Brasil: fechamento das terras livres, pela monopolização. Essa situação desencadeou conflitos sociais fortes no sul.

⁶ Ralf Matos. Fluxos migratórios regionais no Brasil contemporâneo: descrição e análise, in Maria Flora Gonçalves, Carlos Antonio Brandão e Antonio Carlos Galvão (orgs.) *Regiões e cidades, cidades nas regiões*, citado, pp. 229-270.

⁷ Vitale Joanoni Neto. *Fronteiras da crença: da Libertação ao Carisma - a Igreja Católica nas cidades do norte de Mato Grosso* (Os casos de Juína e Alta Floresta). Projeto de Pesquisa. Cuiabá, UFMT, 1999, p. 4.

⁸ Regina Beatriz Guimarães Neto. *A lenda do ouro verde*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1986.

⁹ Os parágrafos seguintes seguem de perto os seguintes estudos: João Mariano de Oliveira. *A esperança vem na frente*. Contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso: o caso Sinop. Dissertação de Mestrado, USP, 1983. Regina Beatriz Guimarães Neto. *A lenda do ouro verde*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1986. Leandro Genoino Cerutti. *Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste-MT*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, UFMT, 2004. Edison Antônio de Souza. *Capitalismo e agricultura numa área de expansão da sociedade brasileira - o norte de Mato Grosso*. 2006. Vitale Joanoni Neto. *Religião e Fronteira: modos de crer e de viver pelo interior do Brasil*. UFMT, 2006.

O norte de Mato Grosso foi então tratado pelo governo federal como “válvula de escape de tensões sociais no campo”. “Colonização”: alternativas para evitar a reforma agrária, a mudança da estrutura de propriedade da terra. Aguçadas as tensões sociais, Mato Grosso “era” novo Eldorado para pequenos produtores.

Em 1981, em situação emergencial na Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta, onde havia acampamento de Sem-Terra à beira da estrada reivindicando a Reforma Agrária, o governo federal declarou a Gleba Rio Verde (atual Lucas do Rio Verde) área prioritária para fins de Reforma Agrária. Desapropriou grande parte dela, ordenando assentamento ali de 900 famílias, regularização fundiária de 85 posseiros, reconhecidos como tais pelo INCRA, criação e instalação de cooperativa.



Vieram 203 famílias do Acampamento da Encruzilhada Natalino para Lucas do Rio Verde. Mas na primeira metade dos anos 1980, 189 das 203 famílias voltaram a seus locais de origem. A “colonização” visava *concentração* da riqueza. Aos poucos ficou claro que a maior parte das terras de Lucas do Rio Verde não era para pequenos produtores. Estes, dividiam-se ali em três grupos: *parceiros*, colonos da Encruzilhada Natalino, *posseiros* que já haviam tomado posse de porções de terras e um grupo de paulistas, que com a Cooperativa Lucas do Rio Verde, pleiteavam lotes de terras para assentar famílias daquela região.

O *sentido* internacional dos interesses presentes na área ficou claro em 1983: dirigentes da COOPERLUCAS receberam comissão japonesa para instalação do PRODECER - Programa de Desenvolvimento do Cerrado, com incentivo do Japão à produção de grãos no cerrado.

Imigrantes desterritorializados muitas vezes tiveram que lutar por um pedaço de terra no “paraíso” mato-grossense. A luta pela terra na gleba São Domingos, no Vale do Guaporé, divisa com a República da Bolívia e com Rondônia, pode ser um exemplo. Seis municípios compõem a região: Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, Comodoro, Nova Lacerda, Nova Conquista d’Oeste e Vale do São Domingos, somando área de 60.633 km² e população de 53.000 habitantes.

Não houve ali colonização ou assentamento em pequenos lotes, mas há significativo número de pequenos proprietários e posseiros. Dados do INCRA mostram que em 1991 lá havia 46 áreas com regularização fundiária concluída ou em andamento, todas resultantes de ocupações nas três décadas anteriores, estando assentadas 4996 famílias. São *posseiros* e *grileiros*, desempregados ou sem terra que ocuparam áreas públicas ou privadas, tituladas ou

não, sem falsificarem escrituras na disputa da terra. Pessoas que viveram enfrentamentos com pistoleiros das fazendas, polícia e justiça, praticando complexas alianças construídas no percurso da ocupação que acabou formando a gleba S. Domingos, entre 1979-83.

A ocupação de latifúndios, por posseiros, no Vale do Guaporé nas décadas de 1970 a 90, indica a complexidade desta história, para além das considerações sobre a colonização ou os assentamentos dirigidos.¹⁰

Um dos resultados da imigração induzida e seletiva é o alto índice de urbanização em Mato Grosso, sinal de mudanças em sua economia e em suas relações com agências federais de desenvolvimento. Altos índices de urbanização marcam toda a Região Centro Oeste, cujo grau de urbanização em 2000 (86,7%) só é superado pelo Sudeste (90,5%).¹¹

Em Mato Grosso, o aumento dos índices de urbanização, tem a ver com intenso desmembramento das áreas de municípios mais antigos do estado nas últimas décadas. A criação de novos municípios "produz" ambientes urbanos para sediar os governos municipais.

As rápidas observações acima, a respeito de alguns aspectos do momento histórico mais recente do atual estado de Mato Grosso, podem favorecer "rastreamentos" de situações similares (nunca *idênticas*) na multissecular história desta parte mais central. É o que se verá no próximo encontro.

¹⁰ João Ivo Puhl. *O tempo do grilo: posseiros na gleba são domingos –1979-1983: História da luta pela terra no Vale do Guaporé – MT – 1970-1990*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, UFMT, 2003.

¹¹ Rosana Baeninger. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes, in Maria Flora Gonçalves, Carlos Antonio Brandão e Antonio Carlos Galvão (orgs.) *Regiões e cidades, cidades nas regiões*, citado, p. 276.



Como foi visto, o partilhamento recente do atual estado de Mato Grosso está diretamente relacionado a políticas públicas de *colonização* no norte do estado. Mas a observação, mesmo rápida, de mapas do estado de Mato Grosso *anterior* ao atual dá a perceber partilhas anteriores.¹

Mato Grosso EVOLUÇÃO

Político-administrativa



O partilhamento que os mapas acima mostram teve origem em imigrações anteriores à dos anos 1970 e 1980. Ações governamentais similares (em menor escala) durante o *Estado Novo*, como a “marcha para oeste” (1939/1940-1945), incentivaram deslocamento de trabalhadores e de capitais, de outras partes do país para o estado de Mato Grosso.²

A “marcha para oeste” (anos 1940), demarcou territórios para inseri-los no mercado nacional. Criou colônias agrícolas em áreas definidas como “vazias”. Aliando-se a grandes proprietários “isentos” de obrigações trabalhistas vigentes em ambientes urbanos.

A “marcha para o oeste” foi apresentada como ação coletiva para ocupar e explorar áreas menos povoadas, redistribuindo a população brasileira. Terras tidas como “improdutivas” seriam assim melhor aproveitadas. Seria ampliado o território nacional com aumento da produção, e a “conquista” de espaço físico geraria maior riqueza para o país.³

Nos anos 1930 a depressão norte-americana afetava o Brasil com redução na exportação do café, principal captadora de divisas no mercado internacional. Com o governo ditatorial,

¹ Leodete Miranda e Lenice Amorim. *Mato Grosso – Atlas Geográfico*. Cuiabá, Entrelinhas, 2000.

² Alcir Lenharo. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

³ Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira. *A “marcha para o oeste” e o progresso na imprensa mato-grossense do século XX: uma análise enunciativa*. Campinas, UniCamp, 2006.

pôde-se articular duas políticas públicas, - incentivo à industrialização, ampliação da *colonização*, principalmente no centro oeste. Esta região foi tratada como “vazio territorial”, o que atualizou, à época, a dicotomia *litoral/sertão*, este entendido como “espaço abandonado”. A *colonização* seria, principalmente, um acréscimo do mercado interno para a indústria.

Algumas representações cartográficas de fluxos migratórios, postas abaixo, podem favorecer uma percepção rápida.⁴



Desde 1937, com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), a política de abrir estradas para veículos automotores como instrumento de interligações inter-regionais visou viabilizar a integração dos “espaços vazios”. Simultaneamente, foram criados em 1943 *territórios federais* nas fronteiras oeste e norte do Brasil (Amapá, Rio Branco [atual Roraima], Guaporé [atual Rondônia], Iguaçu e Ponta Porã - estes reintegrados a seus estados de origem). A criação desses *territórios federais* estava intimamente ligada à ação governamental voltada para a *colonização* também nas faixas de fronteira.

⁴ Leodete Miranda e Lenice Amorim. *Mato Grosso* – Atlas Geográfico, citado.



O território federal do Guaporé foi instituído com porção do estado de Mato Grosso e é hoje o estado de Rondônia. O de Ponta Porã durou de 1943 a 1946.

Este território federal foi instituído com porções dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Durou de 1943 a 1946.

A criação da Colônia Agrícola Federal de Dourados (no atual Mato Grosso do Sul) em 1943, em área pertencente ao *território federal* de Ponta Porã, foi estratégia governamental de controle político, simultaneamente, do poder da companhia Mate Larangeira, e dos movimentos pela fragmentação dos ervais em pequenas propriedades. A implantação da Colônia Agrícola Federal de Dourados, em território da etnia Kaiowá e, a partir de 1950, a instalação ali de fazendas de gado consolidou ocupação definitiva do território por frentes de ocupação não-indígena. Nessas frentes vieram muitos imigrantes japoneses, além de brasileiros.⁵ Mas a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, desde a primeira década do século XX, favoreceu a circulação e mesmo a fixação de imigrantes no sul do então estado de Mato Grosso, ou no atual estado de Mato Grosso do Sul.

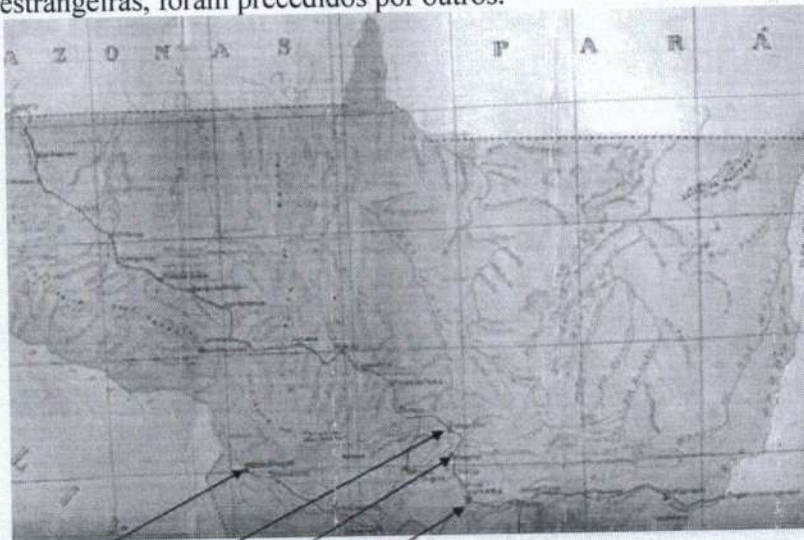
Em certa medida, mesmo as oposições ao *Estado Novo*, posicionadas mais à esquerda, viam na *colonização* uma ação racional, talvez até complementar à reforma agrária, desde que direcionada para "regiões despovoadas", o centro oeste e o norte.⁶

No âmbito do governo do estado de Mato Grosso a estratégia do governo federal gerou a criação de agências de planejamento e administração de ações *colonizadoras*. Em 1948 foi criada a Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.), para gerar condições básicas de funcionamento do Banco Agrícola de Mato Grosso, futuro BEMAT. A CPP era ligada diretamente ao governador, que geria a criação e fiscalização de colônias, da assistência técnica, das cooperativas. Para financiar atividades da CPP foi criado o Fundo de Planejamento da Produção, que reunia receitas oriundas do processo colonizador: taxas de colonização, de publicidade dos processos sobre terras, - além de

⁵ Isabel Cristina Martins Guillen. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura* 12, abril 1999.

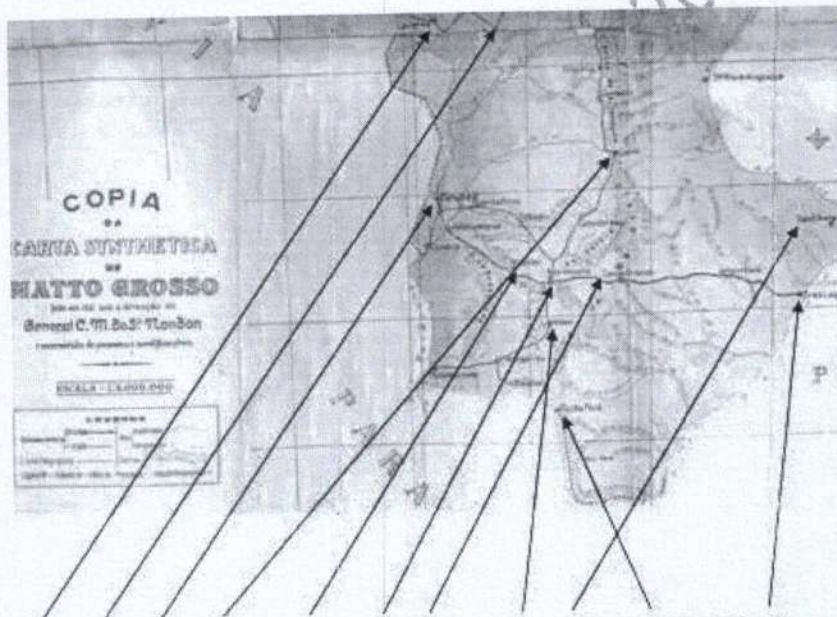
⁶ Vânia Maria Losada Moreira. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, vol.18 n.35 São Paulo, 1998.

créditos concedidos pela União.⁷ No período do *Estado Novo* vieram para esta parte mais central migrantes oriundos de várias unidades da federação, bem como famílias estrangeiras, foram precedidos por outros.



Mato Grosso, Diamantino, Rosário Oeste, Cuiabá. (Sedes de Municípios)

Antes das divisões do estado de Mato Grosso dos anos '40 (criação de *territórios federais*, Guaporé e Ponta Porã), o então estado de Mato Grosso tinha nos 1920s, a forma ao lado (na sua porção setentrional):



Caceres, Foz de Iguaçu, Corumbá, Coxim, Miranda, Aquidauana, Campo Grande, Nioaque, São João del-Rei, Ponta Porã, Três Lagoas. (Sedes de Municípios)

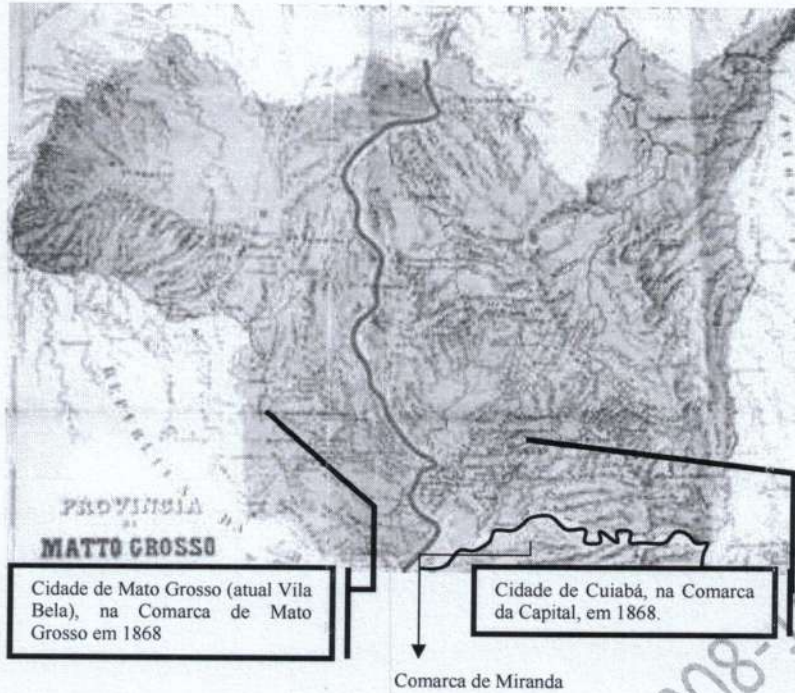
Na porção meridional do então estado de Mato Grosso (1921), são perceptíveis outros municípios, conforme o restante do mapa, ao lado.

Por volta de 1921 o então estado de Mato Grosso tinha 1 500 000 km², com população estimada em 300 000 habitantes. Hoje o estado de Mato Grosso atual tem 906 807 km² e mais de 2,5 milhões de habitantes.⁸

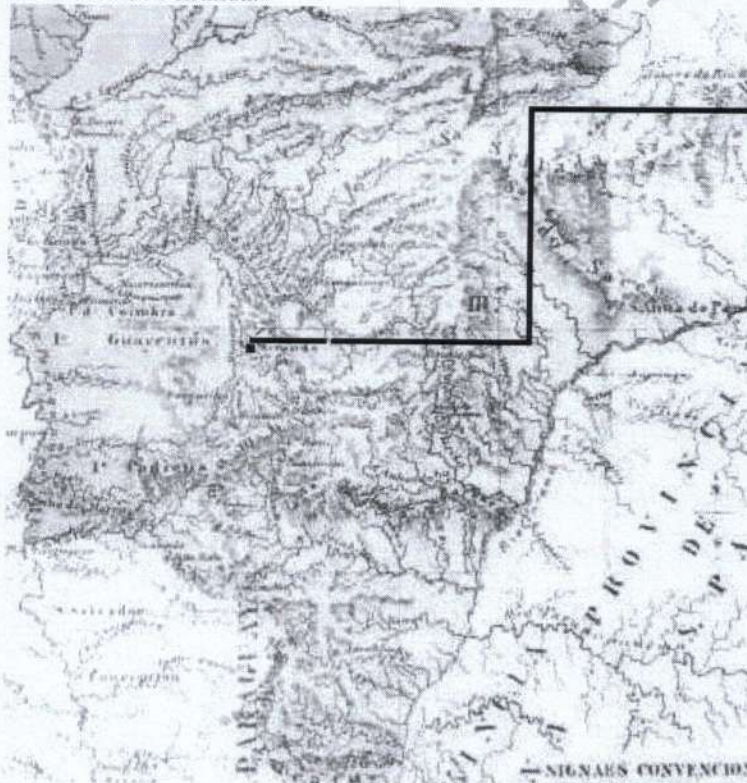
Nos inícios do período republicano (1892), o estado de Mato Grosso tinha ainda menor número de municípios:

⁷ Carlos Edinei de Oliveira. *Famílias e natureza: As relações entre famílias e ambiente na construção da colonização de Tangará da Serra – MT*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, UFMT, 2002.

⁸ Virgílio Correa Filho. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1922. Gislaene Moreno e Tereza Cristina Souza Higa (orgs.) *Geografia de Mato Grosso – Território, Sociedade, Ambiente*. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.



As duas comarcas setentrionais de certo modo mantinham, como veremos em nossos próximos encontros, “repartições” adotadas no século XVIII, na então *capitania* de Mato Grosso. Abaixo, a comarca de Miranda:

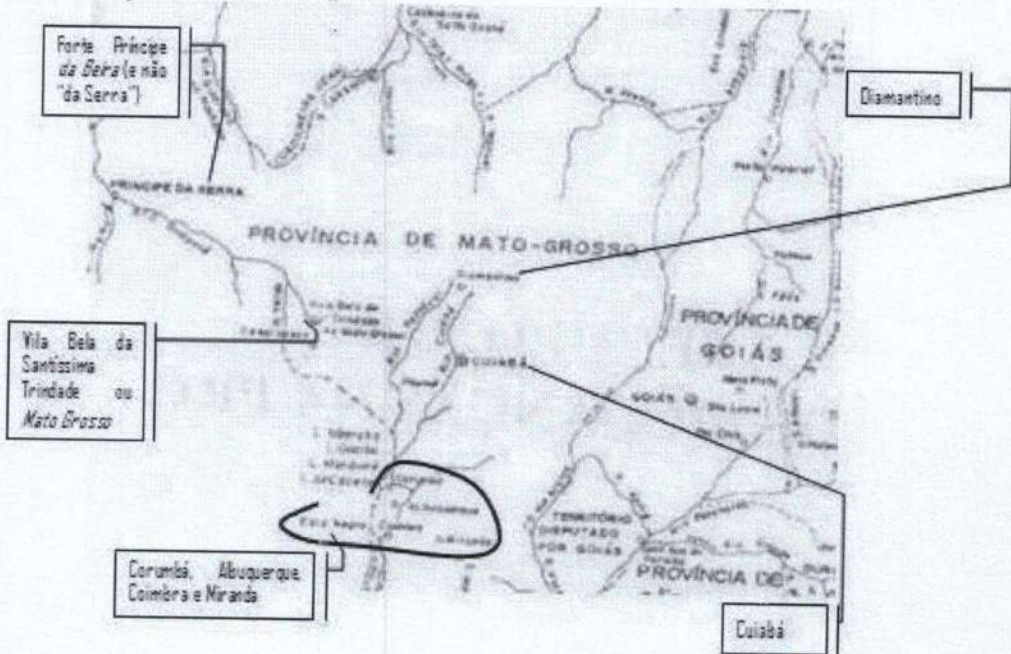


A comarca de Miranda praticamente antecipava o atual estado de Mato Grosso do Sul.

Pouco antes da emancipação política do já *Reino Unido* do Brasil, foi criado em 1820 o município de Diamantino na ainda *capitania* de Mato Grosso. A *capitania* passou então a contar com 3 municípios: o Cuiabá, cuja sede era a já cidade do Cuiabá (desde 1818), o Mato Grosso,

cuja sede era a também cidade do Mato Grosso (antes Vila Bela da Santíssima Trindade), e o Diamantino, cuja sede era a vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino.

É por isso que em mapa dos anos 1820 a então *provincia* de Mato Grosso ostentava seus três municípios, como se vê abaixo.



É interessante, neste ponto, observar um mapa da América portuguesa, de 1763, que representa a *capitania* de Mato Grosso entre as outras, com legendas explicativas, que serão de grande utilidade, nestes nossos estudos nesta disciplina.



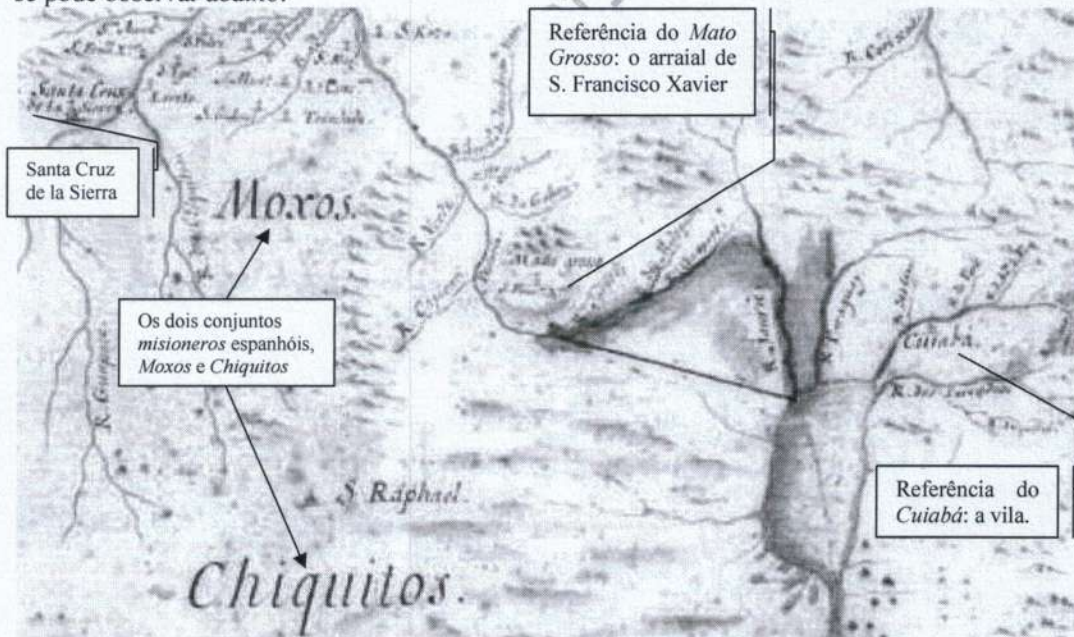
A 1ª observação a este mapa é a indicação dos *Estados* da América portuguesa, o do Maranhão (que já se tornara *do Grão Pará*) e o do Brasil. A 2ª observação é o “subtítulo” dado à capitania de Mato Grosso: “minas novas de Cuiabá e Mato Grosso”. Fascínio pela extração de ouro: as *vilas* Real do Bom Jesus e Bela da Santíssima Trindade desaparecem, assim como seus *termos* (ou territórios municipais).

Mas mesmo assim as indicações desse mapa referem característica importante para a compreensão da história da *capitania* de Mato Grosso: a sua divisão interna em duas porções, o

Cuiabá e Mato Grosso. Abaixo, tentativa de representar, com sombreado, as duas porções da capitania.



Em mapa de 1749 o *Cuiabá* e o *Mato Grosso* já eram referidos cartograficamente, como se pode observar abaixo:



Em 1749 a *capitania* de Mato Grosso já tinha sido criada (em 1748), mas sua *implantação* ainda levaria alguns anos. Contudo, os dois núcleos já estavam definidos. É bom notar, quanto a isto, que em 1749 o *Mato Grosso* era um núcleo distrital, um distrito dentro do *termo* (ou município) do Cuiabá, cuja sede era a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá.

do Cuiabá, ambas integrando a *capitania geral de Mato Grosso*. Mas como esse modo de diferenciar as duas porções favorece confusões, é preferível adotar outra maneira de diferenciá-las, também usada no século XVIII: denominá-las *repartições*, no sentido de repartir - a *repartição* do Cuiabá e a *repartição* do Mato Grosso.

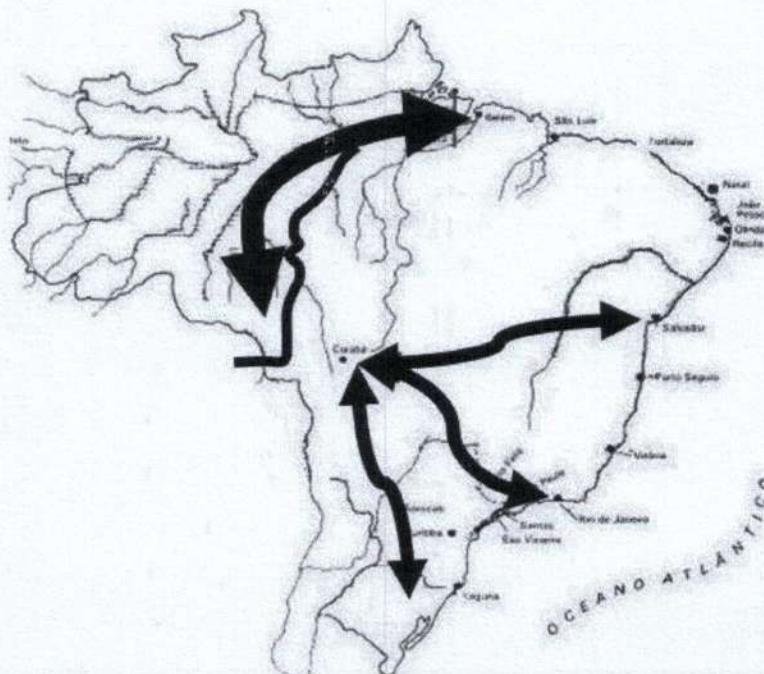
Embora venha a ser necessário voltar várias vezes a esses detalhes, é oportuno frisar que essa diferenciação interna da *capitania* de Mato Grosso deve ser assumida em vários sentidos. Inicialmente, num sentido “ambiental”: a *repartição* do Cuiabá foi marcadamente constituída por meio da invasão de territorialidades ameríndias, agregando eco-sistemas de pantanal e cerrado e, em parte, floresta; a *repartição* do Mato Grosso foi constituída pelos mesmos processos, agregando eco-sistema majoritariamente florestal, e parcialmente pantanoso.

Além desses aspectos “ambientais”, as duas *repartições* que constituíam a *capitania* de Mato Grosso foram constituídas em momentos históricos diferentes e mereceram da Coroa portuguesa políticas de colonização também diferenciadas: enquanto na *repartição* do Cuiabá formou-se uma sociedade colonial baseada em larga medida na iniciativa privada (o que não significa “ausência” da Coroa portuguesa), na *repartição* do Mato Grosso, considerada a partir da fundação da Vila Bela, a sociedade colonial que lá se formou mereceu da Coroa portuguesa privilégios especiais (omissões fiscais, isenções, salários diferenciados etc).

Um terceiro sentido que merece atenção na percepção das duas *repartições* constitutivas da *capitania* de Mato Grosso, é a interligação da *repartição* do Mato Grosso com interesses da Coroa portuguesa quanto à resolução de problemas de colonização no *Estado* do Grão Pará. Quando a Coroa portuguesa criou em 1748 a *capitania* de Mato Grosso, colonos sediados no *distrito* do Mato Grosso já tinham navegado dos arraiais de mineração daquele distrito até Belém do Pará, descendo os rios Guaporé, Madeira e Amazonas. Essa iniciativa particular (seus autores foram inclusive presos) despertou a atenção da Coroa portuguesa, para os riscos de a Coroa espanhola, com apoio dos *misioneros* jesuítas, bloquearem essa preciosa ligação interna entre os dois *Estados*. Nessas condições, a *repartição* do Mato Grosso foi também marcada por essa questão tática, de preservação da comunicação fluvial entre os *Estados* do Brasil e do Grão Pará. Isso implicou, inclusive, a criação em 1755-1756, da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará, cujo capital foi formado com recursos da Real Fazenda e da venda de ações a particulares, visando o *monopólio* do comércio de importação e exportação, incluído aí o tráfico de escravos. Mais uma vez, a *repartição* do Mato Grosso foi envolvida, ficando a maior parte de suas atividades comerciais, pelo menos até fins dos anos 1780, atreladas a essa Companhia.

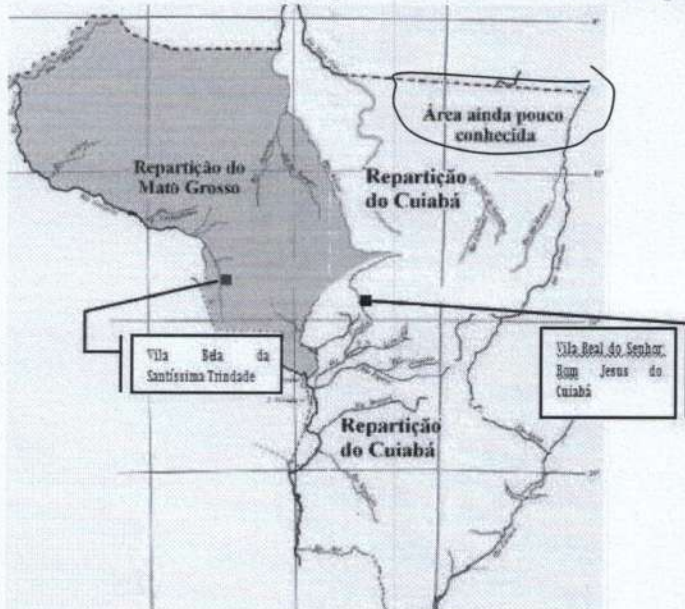
Mas a Companhia de Comércio do Grão Pará tinha também como objetivos secretos, a prática de “contrabando oficial secreto”, ou seja: fornecer à *repartição* do Mato Grosso mercadorias que deveriam ser introduzidas nos domínios espanhóis vizinhos, para obter prata, “comprar” autoridades, facilitar espionagem, debilitar o poder da Coroa espanhola nessa parte oriental do Vice Reino do Peru. Assim, a *repartição* do Mato Grosso acabou sendo também marcada fortemente por uma política de contrabando oficial, justificado por razões que chamaríamos hoje de geopolíticas.

A *repartição* do Cuiabá ficou alijada dessas iniciativas da Coroa portuguesa: cabia-lhe ser a *retaguarda* da fronteira (da fronteira com a atual Bolívia, pois a com o atual Paraguai era responsabilidade da *repartição* do Cuiabá, sem os recursos atribuídos à *repartição* do Mato Grosso). As relações comerciais do Cuiabá sempre foram mais voltadas para o *Estado* do Brasil (Bahia, Rio, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande de São Pedro), e nunca foram monopolizadas por qualquer Companhia de Comércio. Quando mudou a conjuntura que desencadeara a política de colonização da *repartição* do Mato Grosso, a do Cuiabá estava em situação muito mais consolidada. A seguir, representação esquemática das relações de ambas as *repartições*.



Car040508

E abaixo, delineamento da *capitania* de Mato Grosso, com suas duas *repartições*.



Mas neste ponto, é bom lembrar que a América portuguesa não se formou num “espaço vazio” de seres humanos organizados em sociedades. Estimativas pessimistas da população desta América antes das práticas invasivas, indicam entre 5 e 6 milhões de pessoas. Portugal, três séculos depois, tinha 1,8 milhão. Estes estudos ainda nada têm de definitivos. Pesquisas arqueológicas recentes sinalizam cerca de 5 milhões *só na Amazônia*.

Nesta parte mais central da América do Sul existiam várias sociedades ameríndias, mantendo relações com o ambiente diferentes das de outras partes do planeta. Mas nada tinham de submissas, apáticas, incompetentes. É bom não projetarmos nossa ignorância a respeito das múltiplas formas de vida com que convivemos, sobre essas sociedades. Isso priva-nos (por vezes para sempre) do acesso a conhecimentos secularmente elaborados. E é bom não esquecer que o que chamamos “colonização” foi principalmente invasão e conquista.



Ao lado e a seguir, detalhes de mapa de 1732, feito por jesuítas da Província “Paraguaria”, indicando algumas sociedades ameríndias onde foi criada a capitania de Mato Grosso.

Parte referente ao atual estado de Mato Grosso do Sul:



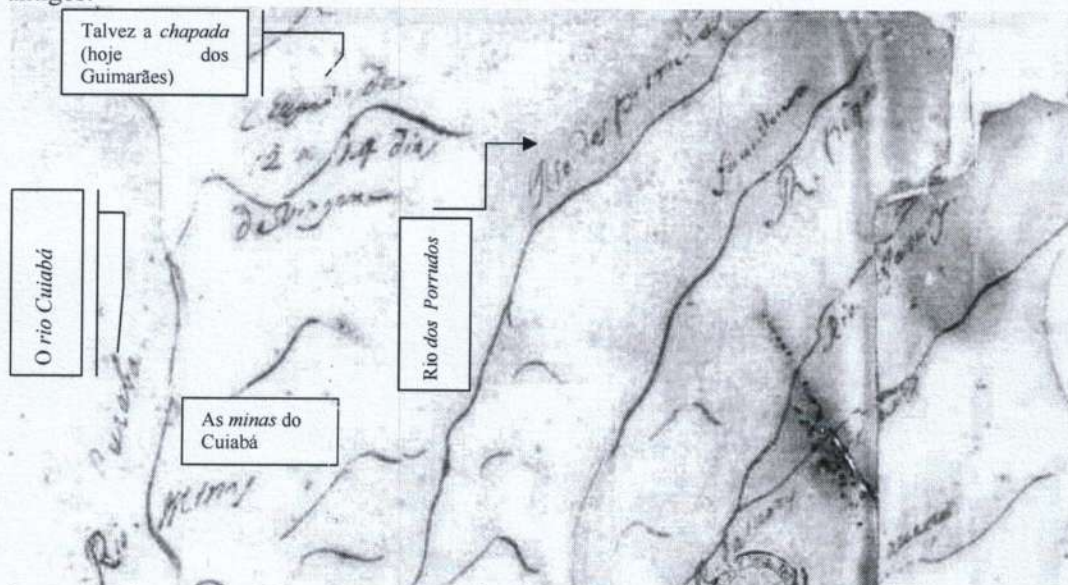
Parte referente ao atual estado de Mato Grosso:



Embora os nomes de etnia (etnônimos) ou de parcelas étnicas tendam a ser grafados ou mesmo traduzidos para o Guarani, é possível identificar os “Cuchipones”, os “Cuchianes”, os Guatós - e, no detalhe anterior, pelo menos os “Guaycurus”.

Mas não há como não reconhecer nos detalhes cartográficos acima, contemporâneos à consolidação do processo invasivo nesta parte mais central, a grande presença ameríndia. E esses detalhes cobrem só o trecho entre o Mbotetey (atual Mirtanda) e o início do Pantanal Norte.

As mais antigas peças cartográficas com que se tentou representar esta parte mais central também indicavam a presença ameríndia. Como o detalhe abaixo, talvez um dos mais antigos.



Outro detalhe cartográfico da mesma época refere explicitamente etnia ou parcela étnica, simultaneamente e em contigüidade com arraial, vila e minas:



Para se ter ao menos um vislumbre da presença ameríndia nesta parte mais central, reuni dados de alguns documentos e estudos, formando um quadro posto na página seguinte:

Alguns nomes de etnias ou de parcelas étnicas:

Caiapó, no Parnaíba, oeste das Gerais, até confluência Vermelho/Araguaia e Pardo, Camapuã, Coxim e Taquari, a noroeste e Guacuruí e Verde, a sudoeste.

No sudoeste, Nhanduí, os Gualaxo.

No Taquari, Achihane, Escolhexe, Cazoya, Chicaoca, Hahunó, Juniaca, Tiquinito.

No Claro, Abathihe, Chiquiaie, Humegay, que faziam guerra aos Paiaguá e Guaicuru.

No Mbotetei (atual Miranda) *Araquazue, Avahuahy, Ahin*, que também faziam guerra aos *Paiaguá* e *Guaicuru*. Abaixo da confluência Mbotetei/Paraguai, *Paiaguá* (*Sarigüê* e *Agace*), que chegavam ao Porrudos. Do Mbotetei aos Araquai, Claro e Taquari, os *Guaicuru*.

No Porrudos, *Tachaca, Gualeche, Ariocone*. No Porrudos acima, os *Taraqui, Araripoçone, Cruara, Porrudo*. Nas cabeceiras do Piquiri, afluente do Porrudos, os *Vanherei*, que mantinham guerra com os *Caiapó*.

Pelo Cuiabá acima, *Elive, Cuchiane, Guachevane, Curiane, Guahone, Candaguari, Pavone, Guale, Cataxo, Bobiare*. No Cuiabá mirim, *Cuiabá*, vizinhos dos *Chacorere*. Subindo o Cuiabá, *Tuete, Jape, Cruane, Gregone, Tamoringue, Aricá, Poçone, Cope mirim, Coxipone, Pupone*. Mais acima, confluência Manso/Cuiabá, os *Popu, Araripoçone, Acopocone, Tambegui, Itapore*, - que atacavam os *Bacairi* que 'estão sobre as vertentes do Maranhão' (rio Tocantins). Nas cachoeiras do Cuiabá, os *Bororo. Bakairi*, na confluência Verde/Paranatinga. *Serrano/Timaona*, na margem direita do Arinos. *Apiacá*, entre margem esquerda do Arinos e margem direita do Juruena. *Cabaíba* na confluência Arinos/Juruena.

Voltando para sul, na confluência Porrudos/Paraguai e por este acima, os *Guató, Caracará, Guacharapo, Socorino, Xaquese, Surucuha, Guacamao, Cuvagua, Tuque*. Rio Paraguai acima, passando a lagoa Gaíba, os *Ahigua, Crucuru, Ahigue, Crucani, Hayucare, Guareci*. Ainda no Paraguai, os *Xarayé, Manui, Curataré, Guaçadacuri, Oticotó sana, Creigua verodosano*, mais acima os *Caravere, Yupará*.

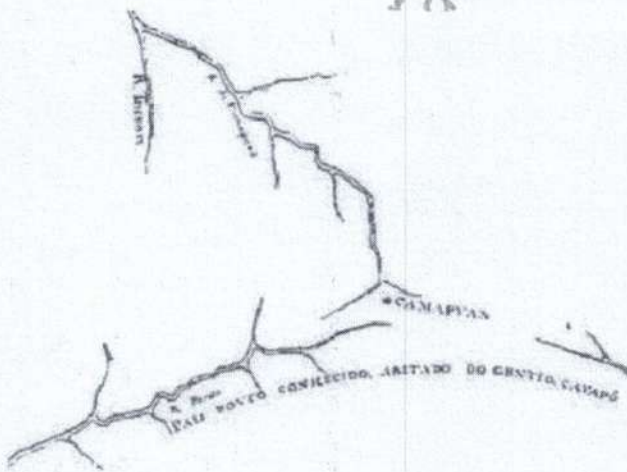
No Jauru, os *Tembé*, inimigos dos *Pareci*.

No Sepotuba, os *Aravira, Guahone, Caypare, Arapari, Itapori*. No Sepotuba, os *Yorauvahiba*, que atacavam os *Pareci*. Após cabeceiras do Sepotuba, as 'dilatadas chapadas', dos *Pareci*. Vizinhos dos *Pareci*, a norte, os *Mahibare (Mayboré), Poritaca, Cabixi*.

No alto e médio Guaporé, *Pauserna, Guarayo, Guajarata, Guaraiuta, Amió, Guazaité, Membaré, Guiuiá, Ababá, Urupuná, Guataró, Mauré, Taquara, Causino*.

No Guaporé ocidental, *Moxo, Baure, Cajubaba, Itonama, Movima, Canichana*.¹⁰

O elenco do quadro acima é amostra, imperfeita, que pesquisas futuras irão aperfeiçoar.



Nas representações cartográficas do século XVIII, que procuravam registrar avanços invasivos, pesquisas recentes têm localizado presença ameríndia, por vezes já levada à resistência armada. É o caso dos *Caiapó*, no entorno de *Camapuã* (hoje no Mato Grosso do Sul): "país pouco conhecido, habitado do gentio *Caiapó*" (ao lado).

¹⁰ Antonio Pires de Campos. Breve notícia (...), in A. de E. Taunay. *Relatos sertanistas*. São Paulo/Belo Horizonte, EdUSP/Itatiaia, 1981, pp. 179-194. João Antonio Cabral Camelo. *Notícias práticas das minas do Cuiabá*. Cuiabá, UFMT/SECMT, 1975. José Gonçalves da Fonseca. Navegação feita da cidade do Grão Pará até a boca do rio da Madeira pela escolta que por este rio subiu às minas do Mato Grosso(...), no ano de 1749, in *Coleção de notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*. Lisboa, Academia Real das Ciências, n. 1, tomo 4, 1826. Carlos Alberto Rosa. Notas sobre nações indígenas. *Revista do Arquivo Público de Mato Grosso*, Cuiabá, v.1, n.1, março/agosto 1982, pp.56-58. Carlos Francisco Moura. Os *Paiaguás*. "Índios anfíbios" do rio Paraguai. Separata de *Anais Hidrográficos*, Tomo XLI, 1984. Denise Maldal Meireles. *Guardiães da Fronteira - Rio Guaporé, século XVIII*, Rio, Vozes, 1989. Jorge Eremites de Oliveira. *Guató: argonautas do Pantanal*, EDIPUCRS, Porto Alegre, 1996.

Consideradas as duas *repartições* e a expressiva presença indígena vivendo em sociedades organizadas (organizadas de modos diferentes das sociedades de origem dos invasores desta parte mais central), é bom agora ver alguns aspectos da mineração que se efetivou aqui.



Por ora podemos analisar este detalhe cartográfico de 1750, que representa a mineração no Mato Grosso, o distrito do termo da Vila Real. Em 13 itens da legenda posta no canto inferior esquerdo, há detalhes que mostram a diversidade da mineração: “descobrimto do gengibre”, “lavras”, “chapada de faisqueiras”. Há também vários pequenos círculos que indicam roças e arraiais: o de São Francisco Xavier e o de Nossa Senhora do Pilar; o arraial de Santa Ana é também indicado, ao pé da morraria. Como se verá, a mineração foi abordada, no passado, de modo isolado, o que levou a conclusões equivocadas a respeito da sociedade colonial que se formou nesta parte mais central. Simultaneamente, esse tipo de abordagem da atividade mineradora tornou invisível a vida urbana desta sociedade colonial. A partir do próximo encontro começaremos portanto a abordar os processos de constituição de uma sociedade colonial nesta parte justamente pelo urbano colonial.

